



## PRESIDENCIALISMO DE COALIZAÇÃO E AS MEDIDAS PROVISÓRIAS NO GOVERNO MICHEL TEMER

Afonso Códolo Belice<sup>1</sup>  
Sarah Lemes Falcão<sup>2</sup>

**Palavras-chaves:** Presidencialismo coalizão. Medida provisória. Governo Michel Temer. Separação dos poderes

### RESUMO

O presidencialismo de coalizão possui diversas interpretações: estilo político, resposta matemática ao presidencialismo com minorias, arquitetura institucional, mecanismo de governabilidade, entre outras. Todavia, sua essência apresenta seus pilares nos debates institucionais quanto ao funcionamento e a organização político administrativa dos órgãos estatais.

No Brasil, o presidencialismo apresenta um *design* institucional específico, estruturando-se desde a Constituição de 1946. Há combinação de elementos como: concentração de poderes no presidente da república; federalismo; multipartidarismo e sistema eleitoral proporcional. Dessa forma, formam-se governos de coalizão. Este sistema apresenta riscos e vantagens, a depender da ótica utilizada.

O trabalho analisou como a expressão “presidencialismo de coalizão” foi criada. Sérgio Abranches a cunhou em artigo publicado durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ABRANCHES, 1988). Este pioneirismo inspirou várias pesquisas e estudos sobre a temática.

Entre os estudos mais comentados estão o de Figueiredo e Limongi, do ano de 2001. Eles avaliaram que o resultado da manutenção dessas instituições conduziria a um sistema tendendo à inoperância, até mesmo à paralisia. Imaginava-se um sistema político onde haveria um Presidente da República impotente e fraco, e um Legislativo Federal difuso, multipartidário e indisciplinado (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001).

Contudo, o presidencialismo de coalizão brasileiro não seguiu o prognóstico destes autores. Pelo contrário, ao invés de paralisia, observou-se alto grau de produção legislativa, caracterizada pelo poder de agenda do Poder Executivo. Houve cooperação entre tal Poder e o Legislativo, levando a nacionalização da atuação parlamentar (POWER, 2015).

---

1 Câmara dos Deputados. (afonso.belice@gmail.com).

2 Pós-graduanda em Parlamento e Direito pelo Cefor (sarahlemesfalcao@gmail.com).

# VIII JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Legislativo, Executivo e Sociedade na Construção da Governança Pública  
18 e 19 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF



A Constituição Federal de 1988 atribuiu grande poder legislativo ao Presidente da República. Assim sendo, permite-se que a pauta do Congresso Nacional seja dominada por projetos de lei de sua iniciativa e, em especial, por medidas provisórias encaminhadas pelo Poder Executivo.

Não obstante, outro aspecto é a existência de *trade-off*. Caracterizados como custos de oportunidade, são mecanismo de avaliação de escolhas e resultados de recursos antagônicos e excludentes. Onda há a necessidade de transparência nas negociações e *accountability*. Mas a ausência de transparência numa democracia representativa diminui tanto a *accountability* vertical quanto a horizontal.

Assim, estuda-se a dinâmica do presidencialismo de coalizão no governo Michel Temer e a expedição de medidas provisórias. Expondo-se problemáticas no sistema político atual e advertindo empasses de *accountability*, partindo do Congresso Nacional e os diálogos com outras instituições e com a sociedade.

Este trabalho objetivou investigar a adesão do Congresso Nacional às medidas provisórias expedidas pelo presidente Michel Temer. Verificou-se como coalização capitaneada pelo governo federal atuou nas comissões mistas destinadas a proferir pareceres sobre as medidas provisórias.

Nessa esteira, o corte temporal compreende quando Michel Temer assumiu definitivamente o cargo de Presidente da República em diante. Analisou-se como a coalização da base do governo se formou, e qual foi a sua influência na votação das medidas provisórias expedidas pelo governo federal.

Cada medida provisória expedida desde a diplomação de Michel Temer como chefe do Poder Executivo foi analisada cronologicamente, de forma a quantificar sua adesão no Legislativo Federal. No resultado da pesquisa, constata-se alta adesão parlamentar à agenda presidencial.

Verificou-se a existência de medidas provisórias deveras polêmicas. Entre elas, a que causou grande reboliço entre estudantes de todo o país: a MP 746. Conhecida como a “reforma do ensino médio”, trouxe à baila protestos estudantis sem precedentes na história nacional, como a tomada de escolas pelos secundaristas. Restou demonstrado que a vontade do Executivo e de sua coalização parlamentar pode contrastar com a da sociedade civil brasileira.

Concluiu-se que as instituições político-administrativas possuem um *desing institucional*, uma forma de ser, de se moldar para os fins que lhe foram incumbidos. Os agentes públicos buscam fins democráticos na tomada de decisões dentro das instituições nacionais. Entretanto, interesses e as vontades políticas são ponderados, e neste aspecto, os mecanismos políticos e a democracia entram em conflito.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

# VIII JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

*Legislativo, Executivo e Sociedade na Construção da Governança Pública  
18 e 19 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF*



## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

POWER, Thimoty. Um dilema em perspectiva: leituras e releituras do presidencialismo de coalizão. In: SATHLER, André; BRAGA, Ricardo. **Legislativo pós-1988 [recurso eletrônico]**: reflexões e perspectivas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.